

Os riscos da comunicação na comunicação dos riscos*

Paulo Serra

Universidade da Beira Interior

Índice

1 A sociedade contemporânea como sociedade de risco	1
2 A importância da informação mediática nas situações de risco	3
3 A comunicação de risco implícita-normal	5
4 A comunicação de risco temática-normal	6
5 A comunicação de risco temática-de crise	10
6 Comunicação de risco e sistema político	14
7 Bibliografia	16

1 A sociedade contemporânea como sociedade de risco

Como mostram os provérbios, essa verdadeira condensação da experiência dos povos ao longo de séculos, o risco não é um problema de hoje. Para nos cingirmos apenas ao caso português, há pelo menos dois provérbios que se afiguram particularmente ade-

*Texto da comunicação apresentada no Painel sobre “Tratamento da informação em situações de risco”, do Colóquio *Sociedade, comunicação e risco*, promovido pelo Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores e que teve lugar em Ponta Delgada em 2 de Dezembro de 2006.

quados para ilustrar essa antiguidade do problema do risco: o primeiro, diz que “Quem não arrisca não petisca”; o segundo, que “Mais vale um pássaro na mão do que dois a voar”.

O carácter contraditório destes provérbios não deriva, apenas, do carácter contraditório da experiência que está na sua origem, e que ora nos mostra a necessidade e a vantagem de arriscar, ora nos mostra, precisamente, o contrário disso mesmo; ele deriva, também, do carácter contraditório do próprio conceito de “risco”. De facto, e a acreditarmos nos provérbios citados, o risco significa, por um lado, a oportunidade de conseguir um benefício mas, por outro lado, a possibilidade de ter uma perda.

No entanto, apesar desta antiguidade dos riscos e da sua tematização sob a forma de provérbios e não só, apenas a sociedade contemporânea, e apenas de algumas décadas a esta parte, tem vindo a ser designada como uma “sociedade de risco”.¹

Quanto às razões que terão levado a que a sociedade contemporânea se tivesse tornado numa “sociedade de risco”, na passagem em que Ulrich Beck resume o essencial do seu

¹ A referência óbvia, nesta matéria, é a obra de Ulrich Beck, *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage Publications, 1992 (original alemão de 1986).

clássico sobre esta matéria, elas são apresentadas da seguinte forma:

“O argumento é o de que, enquanto que na sociedade industrial clássica a “lógica” da produção da riqueza domina a “lógica” da produção do risco, na sociedade de risco esta relação é invertida [...]. As forças produtivas perderam a sua inocência na reflexividade dos processos de modernização. O ganho em poder derivado do “progresso” técnico-económico está a ser crescentemente ofuscado pela produção de riscos. Num estágio inicial, estes podiam ser legitimados como “efeitos colaterais latentes”. À medida que eles se tornam globalizados e sujeitos à crítica pública e à investigação científica, eles saem, por assim dizer, do armário e adquirem uma importância central nos debates sociais e políticos.”²

A “sociedade de risco” resultará, assim, de uma espécie de “astúcia da razão” que é, em última análise, muito pouco racional ou, no mínimo, paradoxal – na medida em que, ao mesmo tempo que, através da mobilização das imensas forças produtivas postas ao seu dispor pela ciência e pela tecnologia, permite que a vida dos homens se vá tornando *visivelmente* mais fácil, cómoda e abundante, vai fazendo aumentar geometricamente os riscos *invisíveis* decorrentes desse mesmo processo; como se a felicidade material tivesse, como contrapartida necessária, a iminência do terror e da catástrofe.³

² Beck, *Risk Society*, pp. 13-14; cf., para uma passagem análoga, p. 19.

³ “O ignorar dos riscos que são, em cada caso, imperceptíveis, que encontra sempre a sua justificação

São muitas as diferenças entre os riscos na actual “sociedade de risco” e os riscos nas sociedades que a precederam. Assim, enquanto nestas últimas os riscos são limitados no espaço e no tempo, a indivíduos e/ou grupos bem determinados, que, para além disso, estão mais ou menos conscientes desses riscos – e alguns, como é caso dos “heróis”, os procuram mesmo deliberadamente –, no caso da primeira os riscos são ilimitados, ou pelo menos, indefinidos no espaço e no tempo, abrangem múltiplos grupos de indivíduos e comunidades – em muitos casos, potencialmente toda a humanidade – e, dada a sua invisibilidade, não são susceptíveis de consciência pelos indivíduos sem a mobilização da comunicação quer de peritos quer de jornalistas.⁴ Uma outra diferença importante, e que decorre das anteriores, é a de que, enquanto que nas sociedades anteriores era possível escapar aos riscos – bastava, para isso, mudar de espaço/tempo ou, então, abster-se de certas actividades –, na “sociedade de risco” torna-se (cada vez mais) impossível escapar aos riscos, de tal forma que fugir de um determinado risco equivale, quase sempre, a correr em direcção a um outro risco, que até pode ser superior ao primeiro; o máximo que se pode fazer é, assim, optar por certos riscos em detrimento de outros.

O problema do risco coloca-se, obviamente na eliminação da necessidade tangível – e de facto *tem* realmente essa justificação (veja-se o Terceiro Mundo!) – é o solo cultural e político no qual os riscos e os perigos *crecem, florescem e prosperam*. [...] A tangibilidade da necessidade suprime a *percepção* dos riscos, mas apenas a percepção, não a sua realidade ou os seus efeitos; os riscos negados crescem de forma especialmente rápida e bem.” Beck, *Risk Society*, p. 45.

⁴ Cf. Beck, *Risk Society*, pp. 14 e 44-45.

mente, em relação ao futuro, é uma forma de lidarmos com este. Ora, como sublinha Luhmann, o futuro é algo que não podemos antecipar a partir de um presente que não conhecemos de forma suficiente e que, quanto mais rigoroso é o conhecimento científico de que é objecto, maior é a complexidade dos factores que esse conhecimento desvenda e, assim, maiores as dificuldades de prever os “efeitos” que tais factores/causas virão a ter.⁵ Acerca do futuro, a única coisa que podemos dizer é que um determinado acontecimento será mais ou menos provável ou, então, mais ou menos improvável – pelo que “ninguém está em posição de reclamar conhecimento acerca do futuro nem capacidade para o mudar. Viver juntos em sociedade requer fazê-lo sem este tipo de autoridade.”⁶ É precisamente no contexto desta incerteza científica que, hoje em dia, se justifica o recurso ao chamado “princípio da precaução”, que “pressupõe que se identificaram efeitos potencialmente perigosos decorrentes de um fenómeno, de um produto ou de um processo e que a avaliação científica não permite a determinação do risco com suficiente segurança”.⁷

Deste modo, as grandes narrativas acerca da história da humanidade, com a sua crença ingénua de que seria possível prever e do-

mar o futuro aparecem, à luz da “sociedade de risco”, como totalmente inconsequentes – a história torna-se uma espécie de jogo de cabra-cega; como diz Beck, “na sociedade de risco as consequências desconhecidas e não intencionais tornam-se uma força dominante na história e na sociedade”.⁸

2 A importância da informação mediática nas situações de risco

A sociedade em que vivemos tem vindo a ser sido qualificada, nos últimos anos, não apenas como uma “sociedade de risco” mas também como uma “sociedade da informação” ou “da comunicação”.

Mais do que interrogarmo-nos sobre esta dupla qualificação, interessa-nos realçar o facto de que a informação é considerada como um factor crucial nas situações de risco, em especial nas catástrofes, pelos organismos que lidam mais de perto com esse tipo de situações.

Assim, o *Relatório sobre as catástrofes no mundo 2005*, da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho reconhece, logo no início do seu Capítulo 1, que

“A informação é, em si mesma, uma forma de assistência vital, mas a sua importância não é suficientemente reconhecida no seio das organizações humanitárias. Ora, as pessoas atingidas por catástrofes têm tanta necessidade de informação como de água, de alimento, de medicamentos ou de abrigos. A informação pode salvar vidas, meios de subsistência

⁵ “Toda a tentativa para especificarmos causalidades engendra cada vez maiores dificuldades. O que acontecerá nunca depende de um simples evento. É sempre uma concatenação de circunstâncias, de tal forma que a incerteza se multiplica em proporção com o rigor da análise.” Niklas Luhmann, *Risk: A Sociological Theory*, Berlin, New York, Walter de Gruyter, 1993 (original alemão de 1991), p. 41.

⁶ Luhmann, *Risk: A Sociological Theory*, p. 48.

⁷ Comissão das Comunidades Europeias, *Comunicação da Comissão relativa ao princípio da precaução*, Bruxelas, 2.2.2000 COM (2000) 1 final, p.4.

⁸ Beck, *Risk Society*, p. 22.

e recursos. Por vezes, ela é a única forma de preparação para as catástrofes acessível aos mais vulneráveis.”⁹

Por seu lado, a *Lei de Bases da Protecção Civil* portuguesa indica, como um dos domínios do seu exercício, a “informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoprotecção e de colaboração com as autoridades”¹⁰, ao mesmo tempo que reconhece como um dos princípios reguladores das actividades de protecção civil o “princípio da informação”, o qual “traduz o dever de assegurar a divulgação das informações relevantes em matéria de protecção civil”.¹¹

Seja em situação de normalidade seja em situações de crise, a comunicação de risco¹² tem, nos meios de comunicação de massas

⁹ Fédération Internationale des Sociétés de la Croix-Rouge et du Croissant-Rouge, *Rapport sur les catastrophes dans le monde 2005*, <http://www.ifrc.org>.

¹⁰ Assembleia da República, “Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, Aprova a Lei de Bases da Protecção Civil”, *Diário da República*, I Série, Nº 126 – 3 de Julho de 2006, Artigo 4º, nº 1, alínea c, p. 4696 (Este diploma legal será, a partir daqui, designado como LBPC).

¹¹ LBPC, Artigo 5º, alínea h, p. 4697.

¹² Definida, pela National Academy of Sciences, dos EUA, como “um processo interactivo de troca de informação e opinião entre indivíduos, grupos e instituições. Envolve múltiplas mensagens acerca da natureza do risco e outras mensagens, não estritamente acerca de risco, que exprimem preocupações, opiniões ou reacções a mensagens de risco ou a arranjos legais e institucionais para a gestão do risco.” *Apud* Vincent T. Covello, Richard G. Peters, Joseph G. Wojtecki, Richard C. Hyde, “Risk Communication, the West Nile Virus Epidemic, and Bioterrorism: Responding to the Communication Challenges Posed by the Intentional or Unintentional Release of a Pathogen in an Urban Setting”, *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, Volume 78, No. 2, pg. 382-391, June 2001.

ou *mass media* – que, daqui em diante, designaremos simplesmente como *media* – e, em particular, na rádio e na televisão, um instrumento central; e isso apesar da importância que, nos últimos tempos, têm vindo a ganhar meios de comunicação interpessoais como os telemóveis ou certas funcionalidades da Internet (o *e-mail*, o *Messenger*, o *Skype*, etc.). De facto, os *media* apresentam pelo menos as seguintes vantagens para a comunicação de risco: o tamanho das audiências a que conseguem chegar; a rapidez com que produzem e difundem as suas mensagens; os padrões deontológicos que regulam a actividade dos seus profissionais (jornalistas); e, especialmente no caso da televisão, uma forma de comunicação altamente atraente e sugestiva. Esta importância dos *media* é precisamente acentuada por organismos como o U.S. Department of Health and Human Services, nas orientações que transmite aos seus funcionários no que respeita à comunicação de risco em situações de crise, ao afirmar que “[o]s *media* são um meio primordial de comunicação com o público. Estabelecer relações positivas com os jornalistas é crucial para o sucesso das vossas comunicações.”¹³

A comunicação de risco assume, nos *media*, diversas formas. Tomando como ponto de partida a distinções temática/implícita e normal/de crise, distinguiremos, no que se segue, três dessas formas.

Quanto à primeira distinção, temos uma comunicação de risco *temática* quando o tema do risco é tratado de forma explícita

¹³ U.S. Department of Health and Human Services, *Communicating in a Crisis: Risk Communication Guidelines for Public Officials*, Washington, D.C., 2002, <http://www.riskcommunication.samhsa.gov/lb>, p. 35.

e intencional, como acontece por exemplo quando, em situações de normalidade, sem crises a ocorrerem, se faz uma peça sobre um risco que já se verifica ou se prevê possa vir a verificar-se num futuro mais ou menos próximo (a energia nuclear, os alimentos transgénicos, etc.); ou quando, numa situação de crise, se faz um alerta em relação a um risco que ou já está presente ou é iminente (um vulcão em ebulição, um acidente nuclear etc.). Reciprocamente, temos uma comunicação de risco *implícita* quando o risco é tratado apenas de forma implícita e não intencional, como por exemplo quando se noticiam, de forma “objectiva”, factos como fogos, acidentes rodoviários, etc., sem daí se extraírem conclusões explícitas sobre riscos de uma ou outra espécie. Se é verdade que, tradicionalmente, e ainda hoje, esta segunda forma de comunicação de risco tem primazia sobre a primeira, é indubitável que, nos tempos mais recentes – em grande parte, certamente, devido ao processo de alterações climáticas em curso e respectivos efeitos e, também, à magnitude de catástrofes como o Tsunami no Sudeste Asiático (em 2004) ou o furacão Katrina em Nova Orleães (em 2005) –, os *media*, sobretudo os que não têm uma orientação meramente sensacionalista ou tablóide, têm vindo a dedicar uma atenção cada vez maior ao primeiro tipo de comunicação. É de crer, aliás, que essa atenção venha mesmo a aumentar no futuro – já que, sendo este um tema que interessa de forma crescente aos destinatários dos *media*, é do interesse destes responderem aos interesses dos seus destinatários (é esse, precisamente, o seu negócio).

Quanto à segunda distinção, normal/de crise, a comunicação de risco *normal* é aquela que medeia entre situações de crise,

no tempo a que, à falta de melhor, podemos chamar “normal”; a comunicação de risco *de crise* é a que ocorre em plena situação de crise – seja imediatamente antes, seja já durante, seja imediatamente depois –, como é o caso do acidente grave e da catástrofe,¹⁴ configurando um pico informativo que, logo que possível, dá lugar a uma nova “normalidade”, ainda que dolorosa e plena de traumas.

Cruzando os dois pares de distinções, temática/implícita e normal/de crise, teríamos, de acordo com a lógica, quatro diferentes formas de comunicação de risco. No entanto, na prática não é isto que acontece, já que não tem sentido falar em comunicação implícita de crise – a comunicação de risco alusiva a uma crise é, forçosamente, temática ou explícita. Temos assim, de facto, três e não quatro formas de comunicação de risco: *temática-normal*, *temática-de crise* e *implícita-normal*. Começaremos, no que se segue, por analisar este último tipo de comunicação.

3 A comunicação de risco implícita-normal

A comunicação de risco implícita-normal corresponde, *grosso modo*, àquilo que sendo a actividade noticiosa corrente dos *media* incide, nomeadamente, sobre: i) Os chamados “acidentes”, que não atingem a amplitude dos acidentes graves e das catástrofes (uma colisão de automóveis, um incêndio numa casa, etc.); ii) As situações do quotidiano que podem acarretar riscos de acidentes e que,

¹⁴ Para uma definição destas situações em termos de protecção civil, cf. LBPC, Artigo 3º, nºs 1 e 2, p. 4696.

como tal, devem ser objecto de avisos específicos (o trânsito, o estado do tempo, etc.); iii) As ocorrências do quotidiano que acarretaram riscos imprevistos, e que se costumam incluir nos chamados “casos de polícia” (o assalto numa certa rua, a violência dos adeptos num jogo de futebol, etc.).

Este tipo de comunicação só é de risco de forma indirecta e enviesada ou, como também poderíamos dizer, tácita – já que o risco não é claramente enunciado, descrito e analisado, mas antes pressuposto implicitamente como pano de fundo da situação ocorrida. O “efeito” deste tipo de comunicação é obtido através de uma espécie de *imprinting* que levará o seu destinatário a tender para, de modo mais ou menos inconsciente, eleger determinados comportamentos (seguros) e evitar outros (arriscados) – seguir por uma estrada não congestionada, não passear à noite no local onde já houve assaltos, e assim sucessivamente.

Assentes numa lógica que tende a privilegiar os acontecimentos descontínuos, novos, surpreendentes e espectaculares sobre os processos contínuos, previsíveis e reflexivos, os *media* tendem a privilegiar a comunicação de risco implícita-normal e, *a fortiori*, a temática-de crise, sobre a comunicação de risco temática-normal. Ora, esta comunicação privilegiada pelos *media*, ou não é suficientemente explícita, passe a redundância, ou, então, é uma comunicação que surge já demasiado tarde para permitir fazer face a situações de risco - seja para evitar essas situações, quando tal é possível (prevenção), seja para as enfrentar (preparação). De facto, quer a prevenção de situações de risco quer a preparação para elas, para serem eficazes, exigem uma população devidamente *informada* – e, assim, uma comuni-

cação temática-normal relativa a potenciais situações de risco. A questão é, no entanto, e como veremos a seguir, a de saber como conciliar a lógica dos *media* com a lógica de uma comunicação de risco que visa a educação do público no sentido da prevenção e preparação para as situações de risco.

4 A comunicação de risco temática-normal

As características dos riscos que enumerámos atrás – o seu carácter cada vez mais global, não localizado no espaço e no tempo, e invisível – faz com que o conhecimento da maior parte deles não esteja ao alcance da experiência pessoal de cada um dos indivíduos, pelo que só pode chegar-lhe em segunda mão.¹⁵ E ele chega-lhe, fundamentalmente, através dos *media* – justificando, também aqui, a conhecida afirmação de Luhmann de que “o que sabemos sobre a sociedade ou, de facto, sobre o mundo em que vivemos, sabemos-lo através dos meios de comunicação de massa”.¹⁶ De facto, são o agendamento e a tematização dos riscos pelos *media* que conferem, a esses mesmos riscos (uma certa forma de) visibilidade. Como observam Adam e Van Loon, “[f]oi a representação pelos *mass media* da campanha anti-nuclear das mulheres em Greenham Common, por exemplo, ou os relatórios acerca de

¹⁵ Poderíamos repetir, aqui, as palavras de Lippmann: “Assumiremos que o que cada homem faz é baseado não em conhecimento directo ou certo, mas em quadros [*pictures*] produzidos por ele próprio ou fornecidos por outros.” Walter Lippmann, *Public Opinion*, New Brunswick, New Jersey, Transaction, 1998 (original New York, Macmillan, 1922), p. 25.

¹⁶ Niklas Luhmann, *The Reality of the Mass Media*, Stanford, Stanford University Press, 2000, p. 1.

vestígios continuados de altos graus de exposição à radiação em animais e no solo depois da explosão nuclear em Chernobyl, que tornou tangível a ameaça invisível e manteve acesas as questões.”¹⁷ Assim, a percepção dos riscos pelos cidadãos é não só socialmente construída, mas também construída, na sua maior parte, pelos *media*.

Este processo que permite tornar visíveis os riscos, dar-lhes um lugar na agenda mediática, é fundamental para que a sociedade e cada um dos indivíduos possam estar em condições de reduzir os riscos – já que, como sublinha Beck em texto mais recente, “quanto menos são reconhecidos publicamente, mais os riscos são produzidos”, pelo que “[a] negligência da informação do risco facilita o crescimento e a difusão dos riscos”.¹⁸

A mediatização dos riscos tem, nos cientistas, um elemento essencial. De facto, se é verdade que grande parte dos riscos que hoje nos afectam tem a sua origem na ciência e na tecnologia – e, como mostraram autores como Heisenberg ou Heidegger, a ciência contemporânea é, desde o seu início,

tecnológica –¹⁹, não é menos verdade que é difícil ver como é que a luta contra esses mesmo riscos, cada vez mais complexos e difíceis de entender e prevenir, pode passar ao lado desses mesmos cientistas, como pretende um certo ecologismo mais ou menos radical. Que aqui resida uma contradição, essa é uma contradição que cabe também aos próprios cientistas resolver – porque, é bom não o esquecermos, os cientistas são também cidadãos e, como tal, preocupados com os riscos que afectam todos os cidadãos.²⁰

Compreende-se assim que, sobre os mais diversos riscos que ameaçam, ou se supõe ameaçarem, as nossas sociedades, os *media* e os seus jornalistas se dediquem, em larga medida, a veicular e, eventualmente, debater e comentar²¹: i) Os estudos, artigos, relatórios, etc. publicados em revistas científicas como a *Nature* e similares; ii) As opiniões e posições de cientistas e outros especialistas; iii) Os dados divulgados em encontros, conferências, colóquios, etc. em que intervêm cientistas e outros especialistas. Ou, em contraponto aos estudos, opiniões, posições e dados dos cientistas e outros especialistas, os de movimentos de cidadãos, ONGs, etc., contestatários dos primeiros – o que acaba

¹⁷ Barbara Adam, Joost Van Loon, “Introduction: repositioning risk; the challenge for social theory”, in Barbara Adam, Ulrich Beck, Joost Van Loon (Ed.), *The Risk Society and Beyond. Critical issues for social theory*, London, Sage Publications, 2000, p. 3. Para a análise de um outro exemplo, neste caso o da visibilidade da BSE como risco através dos *media* electrónicos, cf. Joost van Loon, “Virtual risks in an age of cybernetic reproduction”, *ibidem*, pp. 174-8. Como nota o autor, a certa altura do seu tratamento pelos/nos *media*, o risco da BSE torna-se no risco do colapso da indústria inglesa e europeia de carne – o que ilustra, também, o facto de que, na “sociedade de risco”, um risco apenas deixa de existir para dar lugar a outro; que não há, por assim dizer, não-riscos.

¹⁸ Beck, “Risk society revisited”, in *The Risk Society and Beyond*, p. 220.

¹⁹ Cf. Werner Heisenberg, *A Imagem da Natureza na Física Moderna*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d;

Martin Heidegger, “La question de la technique”, in *Essais et Conférences*, Paris, Gallimard, 1990.

²⁰ Como observa Beck, “[a] ciência é uma das causas, o meio de definição e a fonte das soluções para os riscos, e em virtude desse mesmo facto, ela abre novos mercados de cientificação para si própria. No jogo recíproco entre os riscos que ela ajudou a criar e a definir, e a crítica pública desses mesmos riscos, o desenvolvimento técnico-científico torna-se *contraditório*.” Beck, *Risk Society*, p. 155.

²¹ Sob a forma de artigos, entrevistas, documentários, fóruns, mesas-redondas, debates, etc.

por ser, também, uma forma de chamarem a atenção do público para os riscos em discussão.

No entanto, os *media* fazem tudo isto de acordo com os seus próprios critérios e práticas, consagrados ao longo de dezenas de anos. Mais concretamente, os *media* tendem a tratar a comunicação de risco como qualquer outro tipo de comunicação, isto é: a noticiar acontecimentos, novos, surpreendentes e espectaculares, de forma objectiva, em linguagem acessível ao cidadão comum.

Paradoxalmente, estas características, que constituem a grande força dos *media* e lhes dão uma importância decisiva numa sociedade em que sabemos a maior parte do que sabemos através deles, acarretam também riscos – ou, pelo menos, dificuldades – para a comunicação de risco. Referimo-nos, nomeadamente, aos seguintes:

1. Uma das actividades fundamentais dos *media* consiste em darem “notícias”. Ora, como têm vindo a mostrar teorias como as do *newsmaking*, as notícias nunca são descrições fidedignas dos “factos”, mas antes construções assentes numa série de filtros – a pirâmide invertida, a orientação para a resposta às perguntas sobre o quê, o quem, o quando, o onde e o porquê, a orientação do *medium*, o espaço/tempo disponível, os pressupostos do próprio jornalista, etc..²² Em termos da comunicação de risco, isto significa que os *media* podem colocar a ênfase em determinados riscos que se vêm a revelar, mais

²² Cf. Nelson Traquina, “As notícias”, in Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega, 1993.

tarde, como insignificantes ou de pequena importância em relação a outros riscos. (Casos como o dos desastres de avião, que matam incomparavelmente menos do que os acidentes rodoviários, são por demais conhecidos).

2. Os *media* noticiam acontecimentos, isto é, eventos descontínuos, que ocorrem num certo espaço-tempo e que são, em princípio, irrepitíveis, não prestando atenção, ou prestando pouca atenção, a processos contínuos, que se desenvolvem ao longo do tempo e que não acarretam, portanto, riscos iminentes – como acontece, por exemplo, com os riscos que são objecto de campanhas como as antitabagistas ou as de prevenção rodoviária. É precisamente a ineficácia ou menor eficácia deste tipo de campanhas que leva Luhmann, que se baseia nos vários estudos empíricos de psicologia social sobre o assunto, a colocar a hipótese de que “[a]s tentativas para obter mudanças na atitude usando conhecimento dado são, provavelmente, menos capazes de ser bem sucedidas do que aquelas que procedem fornecendo informação surpreendente, que o receptor tem, então, de incorporar no contexto da sua compreensão”.²³

²³ Luhmann, *Risk: A Sociological Theory*, p. 112. No mesmo sentido, afirmam Chartier e Gabler: “As tradicionais estratégias de comunicação de risco, exclusivamente centradas na educação pública, estão sujeitas a falhar. A experiência mostrou que presentear o público com material educativo não leva, necessariamente, a uma melhor aceitação. Pelo contrário, mostrou-se que as pessoas tendem a seleccionar informação consistente com pontos de vista e valores já aceites.” Jean Chartier, Sandra Gabler, *Risk Communication and Government. Theory and Application*

3. As notícias dos *media* centram-se, em regra, em acontecimentos novos, surpreendentes e espectaculares – já que são eles que permitem mobilizar a atenção que constitui o valor essencial na “economia da atenção”²⁴ em que eles se inserem. Este facto torna muito difícil que riscos já mais ou menos conhecidos, ainda por cima potenciais e a prazo indefinido, chamem a atenção dos *media* e, num segundo momento, dos destinatários desses *media* – sobretudo se forem objecto de um tratamento noticioso feito de forma “educativa” ou “informativa”, isto é, sóbria, racional e argumentada.
4. A “objectividade” constitui, como se sabe, um princípio essencial da deontologia dos *media*. Ora, ela é habitualmente entendida no sentido de que, acerca de uma dada questão, desejavelmente *polémica*, se tem de ouvir cada uma das partes envolvidas ou, como hoje se tornou vulgar dizer, os “prós” e os “contras” – colocando-se os próprios *media* num posição central, equidistante e imparcial que é uma espécie de não-posição.²⁵ Um dos resultados naturais deste procedimento é o relativismo, a ideia de que as coisas po-

for the Canadian Food Inspection Agency, Canadian Food Inspection Agency, Public and Regulatory Affairs Branch, Spring 2001, Chapter 3.

²⁴ Cf. Georg Franck, *Ökonomie der Aufmerksamkeits*, Munich, Karl Hanser Verlag, 1998; Georg Franck, *The Economy of Attention*, 1999, <http://www.heise.de/tp/english/special/auf/5567/1.html>.

²⁵ Este aspecto é particularmente evidente nos debates radiofónicos e televisivos, que tendem a adoptar um formato binário.

dem ser de uma maneira mas também podem ser da maneira contrária. Ora, em matéria de risco, o relativismo é um risco muito sério, na medida em que pode conduzir à conclusão de que, afinal, não se passa nada. Esta possibilidade é tanto mais real quanto ela é suportada – e reforçada – pela existência de teses contraditórias dos próprios cientistas sobre um mesmo risco, como o mostram exemplos portugueses recentes como os da incineração dos resíduos perigosos ou a utilização da energia nuclear²⁶ – o que acaba, também, por irminando a autoridade dos próprios cientistas perante os cidadãos e, assim, a fazê-los desaparecer no “fluxo da comunicação”.²⁷

5. A complexidade das situações de risco e dos riscos com que hoje somos confrontados envolve, muitas vezes, a utilização de uma linguagem técnica mais ou menos esotérica que é de difícil ou impossível compreensão pelo cidadão comum. Os *media* desempenham, aqui, uma tarefa fundamental de tradução e

²⁶ Isto não acontece, necessariamente, em resultado de qualquer quebra a nível da “objectividade” ou da “deontologia” dos cientistas – mas, como se infere do que dissemos antes, da própria complexidade do nosso mundo e da correspondente dificuldade em se conhecer o presente e antecipar o futuro.

²⁷ O problema é colocado por Luhmann da seguinte forma: “Se apenas pode ser comunicada e compreendida uma coisa de cada vez, e a nossa consciência tem também apenas uma capacidade adicional limitada que varia de indivíduo para indivíduo, a consequência é que a comunicação deve, em grande medida, reclamar *autoridade* para si própria – autoridade no sentido de assumir a capacidade de fornecer explicações adicionais.” Luhmann, *Risk: A Sociological Theory*, p. 116.

interpretação sem a qual a mensagem não poderá vir a ter qualquer efeito sobre os seus potenciais destinatários. O risco desta última operação é, evidentemente, a simplificação das matérias noticiadas e, eventualmente, a prestação de alguma informação menos correcta ou, pelo menos, incompleta.

Uma forma que os responsáveis pela segurança pública – governos, entidades públicas e privadas, especialistas e investigadores – têm de superar, ou pelo menos minorar, as três primeiras dificuldades consiste em provocarem “acontecimentos mediáticos” – por exemplo conferências de imprensa, campanhas de rua, dias mundiais, publicação de relatórios, etc. – sobre as diversas situações de risco que levem os *media* a interessarem-se por elas e a tratá-las para além dos seus aspectos meramente episódicos.²⁸ Isto será ainda melhor se tais “acontecimentos” envolverem uma certa dramatização (“riscos potenciais muito graves”...) e um certo carácter polémico (“ninguém o tinha informado de que...”).

Quanto à quarta e quinta dificuldades, elas podem ser superadas ou, pelo menos, minoradas pelos responsáveis pela segurança pública fornecendo aos *media* informação precisa, objectiva e actualizada, preferivelmente escrita, sobre o que se sabe remetendo as questões sobre o que não se sabe ou ainda é duvidoso para uma espécie de análogo do “princípio da precaução”; tudo isto, desejavelmente, em linguagem que seja ao mesmo

²⁸ Cf. Peter Sandman, *Explaining Environmental Risk: Dealing With The Media*, Published by TSCA Assistance Office, Office of Toxic Substances, U.S. EPA, Nov. 1986 booklet pp. 4-13, <http://www.psandman.com>.

tempo rigorosa mas que o cidadão comum possa entender, como é o caso da linguagem da chamada “divulgação científica”.

5 A comunicação de risco temática-de crise

A comunicação de risco nas situações de crise tem, nos *media*, um protagonista essencial – quer servindo de veículo às informações (alertas, relatórios, recomendações, etc.) das entidades encarregues da segurança pública, quer produzindo as suas próprias informações.²⁹ Este segundo aspecto é de extrema importância – já que sendo os *media*, entre outras coisas, máquinas de produção de notícias sobre os acontecimentos socialmente relevantes, como o são as situações de crise, eles não podem ser ignorados nem, tão-pouco, enganados, acabando por descobrir a (sua) “verdade” mais cedo ou mais tarde. Interessa, por isso, que logo desde o início de uma crise os responsáveis pela segurança pública forneçam, a todos os *media* sem excepção, o máximo de informação disponível, exigindo-se, obviamente, que esta seja o mais verdadeira (mesmo que incompleta) e útil possível. Este procedimento reforça a credibilidade daqueles responsáveis perante os *media* e de uns e outros perante os cidadãos em geral, sendo essa credibilidade a primeira das condições para que a resposta à situação de crise possa ter sucesso. Não admira, assim, que o já referido manual sobre comunicação de risco do U.S. Department of Health and Human Services dê, aos seus funcionários, a orientação seguinte:

“Vá ao encontro das necessidades dos

²⁹ Entre nós, a TSF é um caso exemplar nesta matéria.

media. Nunca recuse trabalhar com os *media*. O papel dos *media* é o de informar o público, o que será feito com ou sem a sua ajuda. Trabalhar com os *media* assegura que a informação que eles estão a fornecer ao público é tão exacta e esclarecedora quanto possível.”³⁰

Este papel informativo dos *media* verifica-se imediatamente antes, durante e depois da ocorrência da situação de crise. De facto, quando se trata de alertar uma população para uma situação de risco iminente – uma tempestade, uma inundação, um furacão, etc. –, ou de enfrentar os seus efeitos, enquanto ela ocorre e depois de ela ter ocorrido, o recurso a meios *síncronos* e *rápidos* como a rádio, a televisão ou, cada vez mais, a própria Internet torna-se praticamente uma exigência – sendo que meios assíncronos e lentos como o jornal, a revista ou, em geral, os meios escritos são mais apropriados à comunicação de risco normal e educativa.³¹ Aos *media* referidos em primeiro lugar devem, obviamente, juntar-se meios interpersonais como o e-mail, o telefone e o telemóvel, que, com bastante frequência, aparecem articulados com os primeiros – seja como fontes das notícias que os *media* irão dar, seja como veículos das notícias dadas pelos *media* – e entre si.

³⁰ U.S. Department of Health and Human Services, *Communicating in a Crisis: Risk Communication Guidelines for Public Officials*, p. 27.

³¹ Este papel está consagrado na actual Lei de Bases da Protecção Civil: “A declaração da situação de alerta determina uma obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões [...] visando a divulgação das informações relevantes relativas à situação.” LBPC, Artigo 15º, nº 2, p. 4698.

O papel informativo dos *media* em situações de crise é tão relevante que, como o mostram os diversos estudos empíricos nesta matéria, a percepção do público acerca da eficácia da resposta a uma crise passa pela informação que recebe ou deixa de receber – e, assim, pela relação dos responsáveis pela segurança pública com os *media*.

Se há situações de crise em que este papel dos *media* é decisivo elas são, certamente, as catástrofes.³² Como nos mostraram, ainda recentemente, o Tsunami do Sudeste Asiático e o furacão Katrina, as catástrofes são não só inevitáveis – nenhum país, em nenhum lugar do mundo, por mais rico e poderoso que seja, está imune a tal tipo de acontecimentos –, mas também sempre mais ou menos imprevisíveis e de efeitos inesperados; e isto tanto no que se refere às chamadas “catástrofes naturais” como às “catástrofes de origem humana”.³³

Em termos de critérios de noticiabilidade, as catástrofes estão, seguramente entre os acontecimentos mais valiosos para os *media* e, em particular, para a televisão. De facto,

³² A catástrofe é definida, na Lei de Bases da Protecção Civil, como “o acidente grave ou a série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente vítimas, afectando intensamente as condições de vida das populações e o tecido socio-económico em áreas ou na totalidade do território nacional”. LBPC, Artigo 3º, nº 2, p. 4696.

³³ Cf., sobre esta classificação, “Catastrophe”, *Wikipedia*, <http://fr.wikipedia.org/wiki/Catastrophe>, acedida em 2 de Novembro de 2006. Sublinhe-se, no entanto, que as catástrofes “naturais” são, elas próprias, cada vez mais “de origem humana” – não só porque resultam de ou estão associadas a factores humanos (a poluição atmosférica, a energia nuclear, etc.), mas também porque muitos dos seus terríveis efeitos se devem às formas humanas de organização e de ocupação do espaço.

elas têm todos os ingredientes necessários que fazem de um acontecimento um acontecimento mediático – são surpreendentes, espetaculares, afectam um grande número de pessoas, geralmente provocam muitos mortos, etc. –, de tal modo que podemos até prever que, quanto mais catastrófico, mais mediático e mediatizado se tornará um certo acontecimento.³⁴

Como se sabe, a acusação habitual que é feita à forma como os *media* cobrem acontecimentos trágicos como as catástrofes ou outros acidentes muito graves, envolvendo muitas mortes e elevados danos materiais, é a de que eles caem, invariavelmente, no sensacionalismo e na exploração das emoções,³⁵ acabando, assim, por ter efeitos contraproducentes em termos de segurança ao contribuir para a “ampliação social do risco”.³⁶

³⁴ Assim, referindo-se a um estudo empírico comparativo das notícias acerca de riscos publicadas nos *media* americanos em 1960 e 1984, dizem Singer e Endreny: “Formulámos várias hipóteses acerca dos perigos que seriam tratados pelos *media*. Em primeiro lugar, predissemos que as histórias acerca de perigos com mortes ou danos associados seriam tratadas durante mais tempo e de forma mais proeminente do que as outras histórias acerca de perigos. Esta hipótese foi demonstrada em 1960 e em 1984.” Eleanor Singer, Phyllis M. Endreny, *Reporting on Risk: How the Mass Media Portray Accidents, Diseases, Disasters and Other Hazards*, 1994, <http://www.piercelaw.edu/risk/vol5/summer/singer.htm#top>.

³⁵ Para uma análise das críticas à forma como os *media*, e nomeadamente a televisão, cobrem os acidentes graves e as catástrofes, cf. Sandra Marinho, “A Ponte mais Vista do País – o que se disse da cobertura jornalística da queda da ponte de Entre-os-Rios”. Comunicação apresentada no II Ibérico, Covilhã, 23 e 24 de Abril de 2004, *Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*, 2004, www.cecs.uminho.pt.

³⁶ Cf. Peter Sandman, *The Outrage Industries: The Role of Journalists and Activists in Risk Control*,

Havendo alguma verdade nesta acusação, é verdade também que o “sensacionalismo” acaba por ter alguns efeitos positivos, nomeadamente o de chamar a atenção, de forma *gritante*, para a possibilidade de perigos futuros do mesmo género. Para além do mais, desnecessário se torna sublinhar a evidência de que o sensacionalismo dos *media* não é senão o contraponto necessário do *voyeurisme* das audiências – que têm sempre a possibilidade de não lerem, não verem e não ouvirem o que não querem.

Não é, portanto, no sensacionalismo que residem, quanto a nós, os principais riscos da comunicação de risco em situações de crise, mas antes nos aspectos seguintes:

1. A tendência irresistível dos *media* para transformarem todos os perigos em riscos,³⁷ e, conseqüentemente, todas as causas (objectivas) em responsabilidades (subjectivas), atribuindo os acidentes ou catástrofes ocorridos a determinados decisores do sistema político ou da administração encarregados da segurança pública. Esta utilização da velha técnica do *bode expiatório* permite, à sociedade em geral, desculpabilizar-se a si própria por uma certa forma de vida a que, apesar dos riscos que ela

versies, 2006, <http://www.psandman.com/index.htm>, acedido em 3 de Novembro de 2006.

³⁷ “A distinção pressupõe (diferindo, assim, de outras distinções) que existe a incerteza em relação a uma perda futura. Há então duas possibilidades. Ou a perda potencial é olhada como uma consequência da decisão, quer dizer, é atribuída à decisão. Falamos, então, de risco – ou, para sermos mais exactos, dos riscos da decisão. Ou, então, a possível perda é considerada como tendo sido causada externamente, quer dizer, é atribuída ao meio ambiente. Neste caso falamos de perigo.” Luhmann, *Risk: A Sociological Theory*, pp. 21-22.

acarreta, não está disposta a renunciar – e, assim, a menosprezar ou a minorar o risco. Por muito estranho que pareça, este comportamento de responsabilização e de culpabilização é particularmente evidente no caso das catástrofes, em que, contudo, as responsabilidades são dificilmente atribuíveis a quem quer que seja – seja porque tais acontecimentos têm uma origem predominantemente natural, seja porque as responsabilidades se diluem por uma infinidade de decisores ou mesmo pela generalidade da população.³⁸

2. A crítica feita pelos *media* aquando do alerta acerca de um risco cuja ocorrência acaba por não se verificar, e que leva os cidadãos em geral a pensar, numa espécie de variante da história de “Pedro e o Lobo”, que os riscos foram exagerados e que, por conseguinte, ou eles não existem ou são muito remotos. Os *media* têm, aqui, a responsabilidade de compreender e fazer compreender que, sendo o risco real, é muito pior um alerta que não se concretiza do que um perigo que sobrevém sem alerta – como é, infelizmente, o caso das catástrofes, intrinsecamente imprevisíveis. É claro

³⁸ O caso dos incêndios que, todos os verões, assolam o nosso país é um exemplo demasiado evidente para que tenhamos de insistir nele. Note-se, contudo, que esta tendência dos *media* para a responsabilização – mesmo para a culpabilização – é fundamental relativamente a muitos dos acidentes que nos atingem no dia a dia; assim, por exemplo, se um prédio cai porque foi construído numa zona de desabamentos, parece fora de dúvidas que quem autorizou a sua construção não pode deixar de ser responsável por isso. O que é contraproducente é querer estender essa tendência à ocorrência de todos os acidentes, nomeadamente às catástrofes.

que é sempre *demasiado fácil* prever, *a posteriori*, que a catástrofe tal ou tal era “previsível” – mas, se o fosse, ela certamente teria sido evitada ou, pelo menos, teria sido possível minorar os seus efeitos (os casos do Tsunami e do Katrina são, neste aspecto, verdadeiros paradigmas). É neste sentido que podemos concordar com Jean-Pierre Dupuy quando este caracteriza, a partir da etimologia, a catástrofe como “revelação”.³⁹

3. A ênfase dos *media* no facto de muitas das decisões tomadas por peritos ou por políticos aconselhados por peritos se virem a revelar, mais tarde, como decisões erradas ou desajustadas em relação a um determinado risco – algo que se compreende dada não só a natureza imprevisível das catástrofes, como a complexidade dos factores envolvidos aquando da sua ocorrência, como, ainda, a necessidade de tomar uma infinidade de decisões com tempos de decisão extremamente curtos. Como observa Peter Sandman a propósito do furacão Katrina, “[d]epois de cada catástrofe emerge a evidência de que ‘as autoridades estavam avisadas de que isto podia acontecer’ e tomaram precauções insuficientes. Foi verdade para o desastre do Challenger. Foi verdade para o

³⁹ “Catástrofe é uma palavra grega que se refere ao momento, no final da tragédia, que muda o sentido do que aconteceu antes. O cinema actual usa muito este processo. É o momento da revelação. E sabe como é que se diz revelação em grego? Apocalipse. O último livro da Bíblia, o Livro do Apocalipse, em inglês chama-se *The Book of Revelations*.” Jean-Pierre Dupuy, “É preciso encarar o apocalipse para poder encontrar soluções”, *Diário de Notícias*, 28.10.06.

11 de Setembro. É certamente verdade para o Katrina.”⁴⁰

4. A inclinação dos *media* para noticiarem mais o risco do que a segurança, mais o que corre mal do que o que corre bem, mais os aspectos negativos do que os positivos – ilustrando assim, mais uma vez, o velho lema de que “*bad news are good news*”, que tem como recíproco o de que “*good news are bad news*”. Se é verdade que, em situação normal, este procedimento é essencial para incutir, nos cidadãos, a consciência em relação aos riscos potenciais que os ameaçam, numa situação de crise este procedimento não pode deixar de ser desmoralizador para os envolvidos, desde as vítimas aos responsáveis pelo seu auxílio.
5. A transmissão, pelos *media*, de informação inexacta ou mesmo contraditória sobre os acontecimentos em curso e os comportamentos a adoptar pelos cidadãos – o que impõe, ainda mais do que nas situações de normalidade, a verificação, junto dos responsáveis pela segurança pública, de toda a informação a veicular. Impõe-se, reciprocamente, que aqueles responsáveis falem a uma só voz, transmitindo a todos os *media* informação o mais objectiva, precisa e útil possível (nomeadamente através de meios como conferências de imprensa, *briefings*, *press releases*, *mailing-lists*, sítios da Internet, faxes, etc.).

⁴⁰ Peter M. Sandman, *Katrina: Hurricanes, Catastrophes, and Risk Communication*, September 8, 2005, <http://www.psandman.com>.

6 Comunicação de risco e sistema político

Se aceitarmos a afirmação de Luhmann de que “a sociedade é unicamente composta de comunicações”⁴¹, temos de concluir que os riscos de comunicação que assinalámos constituem riscos não apenas para a comunicação de risco mas também para a própria sociedade como um todo e, particularmente, para o seu sistema político e para o núcleo de tomada de decisões que é o governo. De facto, numa sociedade em que os cidadãos em geral e os *media* em particular tendem a atribuir, ao sistema político, a responsabilidade pela sua segurança e protecção contra toda a espécie de riscos, a ocorrência de uma situação de risco é, desde logo, assacada por esses cidadãos e esses *media* às decisões ou à ausência de decisões do governo e da administração, em especial aos seus elementos mais directamente ligados à segurança pública. Cada ocorrência de uma situação de risco representa, por conseguinte, um problema para a credibilidade do sistema político em geral e do governo em particular.

Compreende-se, assim, que para não ser responsabilizado pelos eventuais riscos decorrentes das suas próprias decisões ou, ainda, porque tais decisões envolvem custos financeiros (considerados) inoportáveis, o governo tome a atitude de legitimar essas decisões com os estudos de “comissões” e “grupos de trabalho” de cientistas e outros especialistas. No entanto, os resultados dos estudos de tais comissões e grupos, logo que apresentados, são invariavelmente objecto de controvérsia, seja por parte de ou-

⁴¹ Niklas Luhmann, “La différenciation de la politique et de l’économie”, in *Politique et Complexité*, Paris, es Éditions du Cerf, 1999, p. 52.

tros grupos de cientistas e outros especialistas, seja por parte de movimentos de cidadãos a quem as decisões podem vir a afectar, seja ainda por parte de certas ONGs. Nos debates e polémicas mais ou menos infundáveis que se seguem revela-se, enfim, o que no fundo já se sabia: a impossibilidade de uma legitimação técnico-científica para uma tomada de decisão que, dadas a complexidade e a incerteza cognitivas dos problemas em análise, não pode deixar de ser política – e, como tal, sujeita ao erro e à imprecisão. Fracassa, deste modo, a esperança de chegar ao “momento propício” (*kairós*) para a tomada das decisões – já que, como sublinha Luhmann, nas sociedades como as nossas esse “momento propício” só pode ser descoberto *a posteriori*; assim, por exemplo, “[o] momento propício para uma decisão política acerca da abolição do poder nuclear reside nos dias a seguir a Chernobyl – nem antes nem depois.”⁴²

Ao tornarem-se objecto de comunicação pelos *media*, as decisões de não decidir – o adiamento das decisões - protagonizadas pelo governo são lidas, pelos cidadãos, como sinal de que aquele está atento aos problemas da segurança, de que qualquer coisa está a ser feito, e de que não há, por conseguinte, motivo para preocupações de maior. E tudo funciona, de forma perfeita, até à ocorrência da próxima catástrofe ou do próximo acidente grave. Os cidadãos descobrem, então, que afinal os riscos nunca deixaram de existir, que eles foram mesmo aumentando – até ao extremo da ponte que arrasta os corpos para o rio ou do incêndio florestal que invade as povoações. Pressionado pela situação de crise, e, sobretudo, pelo agendamento dessa

situação de crise pelos *media*, o governo é, então, obrigado a tomar decisões e agir – mas esta decisão e acção *a posteriori* já só servem, bem entendido, para limitar os danos.

Resta aos cidadãos, nesta situação, exigirem mudanças “radicais” e “urgentes” a nível do sistema político – o que significa, no essencial, conduzir a oposição ao governo e o governo à oposição, mantendo inalterado o sistema político como um todo. Resta aos *media*, para além do ecoar dos resultados dos acontecimentos trágicos, multiplicarem as suas afirmações de que “a partir de agora, nada será como dantes”. O que é verdade – pelo menos até à próxima catástrofe ou acidente grave.

Existe alternativa? A alternativa óbvia será a que consiste em o governo tomar as suas decisões, apesar de toda a complexidade e incerteza envolvidas, assumindo o risco dos efeitos desconhecidos e imprevisíveis – tentando, no entanto, programar acções e montar estruturas que possam diagnosticar, identificar e enfrentar tais efeitos. É claro que também, por este lado, o governo não consegue escapar à possibilidade de responsabilização e culpabilização por parte dos cidadãos e dos *media* e, eventualmente, da perda do poder para a oposição. É claro que pode fazer uso do “princípio da precaução”, mas este funciona mais pela negativa – diz o que não fazer – do que pela positiva. Também a partilha de decisões com os cidadãos ou grupos de cidadãos não resolve o problema da complexidade e da incerteza, mas tão-só o da maior ou menor tolerância na aceitação dos efeitos das situações de risco – já que não é por haver partilha que a possibilidade de erro e imprecisão diminui.

Assim, o governo acaba por enfrentar um dilema impossível: quer decida, quer não de-

⁴² Luhmann, *Risk: A Sociological Theory*, p. 151.

cida, a possibilidade da catástrofe está sempre mais ou menos iminente. Ela torna-se numa espécie de condição do homem na “sociedade de risco” – uma condição que apresenta o carácter paradoxal de que, sendo previsível, não pode ser prevista, e isto pelo menos no que respeita à maior parte dos seus efeitos “catastróficos”. É precisamente esta impossibilidade de prever o previsível que faz da catástrofe o verdadeiro buraco negro da noção tradicional de governação, entendida como condução da sociedade, pelo sistema político, numa determinada direcção – já que essa direcção pode ser, precisamente, a que deveria ter sido evitada a todo o custo. Mas isso, claro, só é possível sabê-lo depois.

Deste modo, os riscos tornam-se, se não o verdadeiro “actor” da dinâmica política nas nossas sociedades, pelo menos um dos seus actores mais fundamentais.⁴³ No futuro próximo, os processos de alterações climáticas e de globalização dos riscos, de efeitos cada vez mais imprevisíveis e catastróficos, não farão senão aumentar a importância deste papel político dos riscos.

7 Bibliografia

AAVV, “Catastrophe”, *Wikipedia*, <http://fr.wikipedia.org/wiki/Catastrophe>, acessada em 2 de Novembro de 2006.

Adam, Barbara, Joost Van Loon, “Introduction: repositioning risk; the challenge

⁴³ Cf. Beck, “Risk society revisited”, *op. cit.*, p. 225. O caso da queda da ponte de Entre-os-Rios (em 2001) é, no que se refere ao nosso País, um verdadeiro *case study* nesta matéria. De facto, pode dizer-se que a queda da ponte não foi senão o primeiro episódio da queda do governo de então, presidido por António Guterres.

for social theory”, in Barbara Adam, Ulrich Beck, Joost Van Loon (Ed.), *The Risk Society and Beyond. Critical issues for social theory*, London, Sage Publications, 2000.

Beck, Ulrich, “Risk society revisited”, in *The Risk Society and Beyond. Critical issues for social theory*, London, Sage Publications, 2000.

Beck, Ulrich, *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage Publications, 1992 (original alemão de 1986).

Beck, Ulrich, Giddens, Anthony, Lasch, Scott, *Modernização Reflexiva*, Oeiras, Celta, 2000.

Chartier, Jean, Sandra Gabler, *Risk Communication and Government. Theory and Application for the Canadian Food Inspection Agency*, Canadian Food Inspection Agency, Public and Regulatory Affairs Branch, Spring 2001.

Comissão das Comunidades Europeias, *Comunicação da Comissão relativa ao princípio da precaução*, Bruxelas, 2.2.2000 COM (2000) 1 final.

Covello, Vincent T., Richard G. Peters, Joseph G. Wojtecki, Richard C. Hyde, “Risk Communication, the West Nile Virus Epidemic, and Bioterrorism: Responding to the Communication Challenges Posed by the Intentional or Unintentional Release of a Pathogen in an Urban Setting”, *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, Volume 78, No. 2, pg. 382-391, June 2001.

- Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, <http://www.snbpc.pt>.
- Dupuy, Jean-Pierre, “É preciso encarar o apocalipse para poder encontrar soluções”, *Diário de Notícias*, 28.10.06.
- Dupuy, Jean-Pierre, *Pour un catastrophisme éclairé. Quand l'impossible est certain*, Paris, Seuil, 2004.
- Fédération Internationale des Sociétés de la Croix-Rouge et du Croissant-Rouge, *Rapport sur les catastrophes dans le monde 2005*, <http://www.ifrc.org>.
- Franck, Georg, *Okonomie der Aufmersksamkeit*, Munich, Karl Hanser Verlag, 1998.
- Franck, Georg, *The Economy of Attention*, 1999, <http://www.heise.de/tp/english/special/auf/5567/1.html>.
- Heidegger, Martin, “La question de la technique”, in *Essais et Conférences*, Paris, Gallimard, 1990.
- Heisenberg, Werner, *A Imagem da Natureza na Física Moderna*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.
- Jenkins, Henry, Shari Goldin, “Media and Catastrophe”, in *Reconstructions. Reflections on humanity and media after tragedy*, 2001, <http://web.mit.edu/cms/reconstructions/>.
- Assembleia da República, “Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, Aprova a Lei de Bases da Protecção Civil”, *Diário da República*, I Série, N.º 126 - 3 de Julho de 2006.
- Lippmann, Walter, *Public Opinion*, New Brunswick, New Jersey, Transaction, 1998 (original New York, Macmillan, 1922).
- Luhmann, Niklas, “La différentiation de la politique et de l'économie”, in *Politique et Complexité*, Paris, es Éditions du Cerf, 1999.
- Luhmann, Niklas, *Risk: a Sociological Theory*, Berlin, New York, Walter de Gruyter, 1993 (original alemão de 1991).
- Luhmann, Niklas, *The Reality of the Mass Media*, Stanford, Stanford University Press, 2000.
- Marinho, Sandra, “A Ponte mais Vista do País – o que se disse da cobertura jornalística da queda da ponte de Entre-os-Rios”. Comunicação apresentada no II Ibérico, Covilhã, 23 e 24 de Abril de 2004, *Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*, 2004, www.cecs.uminho.pt.
- Peters, Hans Peter, *Mass Media as an Information Channel and Public Arena*, 1994, <http://www.piercelaw.edu/risk/vol5/summer/peters.htm#top>.
- Reynolds, Barbara, *Crisis and Emergency Risk Communication*, Center for Disease Control and Prevention October, 2002, <http://www.bt.cdc.gov/erc>.
- Sandman, Peter, “Crisis Communication Best Practices: Some Quibbles and Additions”, *Journal of Applied Communication Research*, Vol. 34, No. 3, August 2006, pp. 257-262.

- Sandman, Peter, *Katrina: Hurricanes, Catastrophes, and Risk Communication*, September 8, 2005, <http://www.psandman.com>.
- Sandman, Peter, *Explaining Environmental Risk: Dealing With The Media*, Published by TSCA Assistance Office, Office of Toxic Substances, U.S. EPA, Nov. 1986 booklet pp. 4-13, <http://www.psandman.com>.
- Sandman, Peter, *The Outrage Industries: The Role of Journalists and Activists in Risk Controversies*, 2006, <http://www.psandman.com/index.htm>,
acedido em 3 de Novembro de 2006.
- Santiago, Daniela, *Inferno no Paraíso: 15 dias no Sri Lanka depois do Tsunami*, Coimbra, Minerva, 2005.
- Schmidt, Luísa, “Ciência, risco ambiental e democracia: o papel dos *media*”, in *Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais (8 a 13 de Julho de 2002)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2003, Vol. 4, pp. 53 a 76.
- Singer, Eleanor, Phyllis M. Endreny, *Reporting on Risk: How the Mass Media Portray Accidents, Diseases, Disasters and Other Hazards*, 1994, <http://www.piercelaw.edu/risk/vol5/summer/singer.htm#top>.
- U.S. Department of Health and Human Services, *Communicating in a Crisis: Risk Communication Guidelines for Public Officials*, Washington D.C., 2002, <http://www.riskcommunication.samhsa.gov/Ib>.